

**“SER DIFERENTE É NORMAL”?**

**Viviane Veras**

**RESUMO**

A pergunta título deste trabalho retoma o slogan “Ser diferente é normal”, que é parte da campanha criada para uma organização não-governamental que atende portadores de Síndrome de Down. O objetivo é a inclusão social da pessoa com deficiência e o primeiro passo foi propor a inclusão de um grupo de diferentes no grupo dito normal. No vídeo de lançamento da campanha, o diferente, identificado como normal, é mostrado por meio de exemplos – um negro com cabelo *black-power*, um *skin-head*, um corpo tatuado, um corpo feminino halterofílico, uma família *hippie*, uma garota com síndrome de Down. A visão da adolescente dançando reduz, de certo modo, o efeito imaginário que vai além da síndrome, uma vez que apenas o corpo com seus olhinhos puxados se destacam, e não se interrogam questões cognitivas. Minha proposta é refletir sobre o estatuto paradoxal do exemplo, tal como é trabalhado nesse vídeo: se, por definição, um exemplo mostra de fato seu pertencimento a uma classe, pode-se concluir que é exatamente por ser exemplar que ele se encontra fora dela, no exato momento em que a exhibe e define.

**PALAVRAS-CHAVE**

Diferente; Normal; Corpo; Síndrome de Down; Inclusão

**BEING DIFFERENT: IS IT NORMAL?**

**ABSTRACT**

*The question in the title of this paper refers to the slogan "ser diferente é normal" ("It's normal to be different"), which is part of a campaign created for a NGO that supports people with Down syndrome. The objective of the campaign is to promote the social inclusion of individuals with Down syndrome, and the first step was to propose the inclusion of a group of "differents" in the so-called normal group. The film launching the campaign shows the different identified as normal by means of examples: a black man exhibiting blackpower haircut, a skin-head, a tattooed body, an over-athletic female body, a hippie family and a girl with Down syndrome. The vision of the dancing teenager lessens the imaginary effect that surpasses the syndrome, since only her body and her little oriental eyes stand out and no cognitive issues are raised. I propose here to reflect on the paradoxical nature of the example as it is constructed in this film: if by definition, an example actually shows its belonging to a class, we may conclude that it is exactly for being exemplary that it is outside this class, at the very moment it exhibits and defines it.*

**KEYWORDS**

*Different; Normal; Body; Down Syndrome; Inclusion*

A pergunta título deste trabalho surgiu de um desconforto provocado pelo *slogan* “Ser diferente é normal”<sup>1</sup>, a despeito da beleza da peça publicitária e do indiscutível mérito da campanha criada pela DM9DDB para uma organização não-governamental que atende aos chamados portadores da Síndrome de Down.

O objetivo da campanha é a inclusão social da pessoa com deficiência, e o primeiro passo foi propor a inclusão de um grupo de diferentes no grupo dito normal. No vídeo de lançamento da campanha “Ser diferente é normal”, o diferente – já categorizado como *normal* pelo uso do verbo *ser* como mera cópula categorial, que constata um fato, um dado da realidade, como se nada prescrevesse – é mostrado por meio de exemplos: um negro com cabelo *black-power*, um deficiente visual, um *skin-head*, um corpo masculino tatuado, um corpo feminino halterofílico, uma família hippie, uma adolescente portadora da síndrome de Down. Antes de passar à análise do *slogan* e da função do exemplo, trago alguns trabalhos que tematizam a inclusão.

### NO DOCUMENTO SUBSIDIÁRIO À POLÍTICA DE INCLUSÃO...

No *Documento subsidiário à política de inclusão*<sup>2</sup> de 2005, da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação – MEC, a proposta é “transformar escolas públicas brasileiras em espaços inclusivos e de qualidade que valorizem as diferenças sociais, culturais, físicas e emocionais e atendam às necessidades educacionais de cada aluno”. O documento manifesta o desejo de que o material apresentado conduza a transformações das instituições escolares e principalmente “impulsione mudanças de atitudes com relação aos alunos com necessidades educacionais especiais”. Mudanças essas que ficarão a cargo de “uma política de educação inclusiva [...] fundamentada na atenção à diversidade e no direito de todos à educação”. No histórico, os autores lembram que “pessoas com deficiências, com síndromes, são historicamente identificadas como párias sociais”, cujo lugar na sociedade é definido como: lugar de exclusão.

Minha intenção, ao começar pelos comentários de um documento oficial, é mostrar que justamente a proposta é outra modalidade da chamada “escola para todos”, e a

<sup>1</sup> Campanha do Instituto Meta Social. Disponível em: <<http://www.metasocial.org.br/>> Acesso em: 5 mai. 2006. [A DM9DDB é uma agência de publicidade brasileira]

<sup>2</sup> O documento está disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp>> Acesso em: 15 jul. 2006.

tentativa é buscar criar uma ordem social outra que inclua as diferenças no espaço escolar, dentro do padrão considerado normal. Para Rinaldo Voltolini (2004), professor da Faculdade de Educação da USP, o que hoje se apresenta como inclusão teve origem na percepção de que já havia uma vocação segregacionista com relação aos pobres vinculada à instituição escolar, e isso teria levado a rever também posições com relação aos considerados loucos e diferentes.

Segundo Fabris e Lopes (2003), essa aproximação entre os que estão fora e os que estão dentro leva a nomear “diferentes” os que estão fora, enquanto reserva aos do lado de dentro o título de “normais”. Para as autoras, é preciso que se materialize essa fronteira para que se oficialize politicamente a inclusão. A aproximação física é feita principalmente por meio da escola, e o fato de rotular de *diferente* todo o grupo de fora banaliza esse conceito, embora a pretensão primeira seja a de promovê-lo. Profissionalmente não trabalhei com alunos especiais em salas de aula; tive contato apenas com os trabalhos de inclusão dirigidos à síndrome de Down, mas, de acordo com os dados trazidos por Fabris e Lopes, uma vez proporcionadas as condições do “estar junto com os normais” – exigida inclusive para as empresas –, sair do lugar comprometido com sua deficiência e com seus limites torna-se responsabilidade do sujeito diferente.

Um comentário das autoras chamou minha atenção – essa nova escola inclusiva evitaria os excessivos encaminhamentos para tratamentos especiais com psicólogos, fonoaudiólogos, psicanalistas, terapeutas ocupacionais, etc. Contudo, vigora a crença de que o diagnóstico é imprescindível para a realização do trabalho, como se o diagnóstico viesse acompanhado do jeito de tratar, de um manual de instruções. No caso da síndrome de Down, esse problema parece já estar resolvido – a síndrome “está na cara” (*facies* característica), e é comum o neonatologista pedir o exame do cariótipo apenas como confirmação – mas permanece a dificuldade em lidar com essas crianças que o cromossomo *a mais*, no par 21, torna “mais lentas”. Que tipo de responsabilidade podem ter essas crianças que vivem hoje no mundo do *fast – fast food, fast life, fast car?*

Particpei diretamente de um trabalho de inclusão em uma escola da rede municipal nos anos de 1998 e 1999. Havia na escola, uma vez por semana, a participação de professoras itinerantes, que passavam algumas horas com o aluno incluído, em um canto

da sala, avaliando seu desempenho. Conversando com professoras do NIET – Núcleo Inclusivo de Educação para Todos<sup>3</sup>, em Campinas, fiquei sabendo que esse trabalho ainda vigora na rede municipal. Segundo informaram, o Projeto do professor itinerante previa inicialmente um trabalho de orientação com a comunidade e com os professores, e não um trabalho direto com os alunos. Devo dizer que no final do segundo ano ouvi da professora o seguinte comentário:

Pena que não pude dar mais atenção pra ele [o aluno convidado a participar do projeto de inclusão] e acho que ele não aprendeu quase nada, mas tem um lado que considero bastante positivo: ele ensinou aos alunos que não têm problema que ele, mesmo com problema, podia ser colega deles, e eles aprenderam a respeitar. E ele se socializou muito bem!

O comentário é sincero, e seria louvável não fosse pelo fato de que o objetivo da inclusão desse aluno era atender às suas necessidades educacionais; entre elas, certamente, habilidades de leitura e escrita, e não somente um reforço da socialização. A professora também reclamava de ter na sala 33 alunos mais 2 de inclusão, o que revela, literalmente, uma concepção de ensino voltada para a “normalidade”. Voltolini também chama a atenção para a resistência que se manifesta nas instituições (resistência atualmente veiculada pela mídia<sup>4</sup>), com diretoras e professoras que dizem coisas como: não optei por trabalhar com crianças assim; não sei o que fazer... “resistência semelhante à da criança que fecha a boca para a comida oferecida, porque entende que tem de comer porque a mãe deseja” (VOLTOLINI, 2004, p. 96). Também ouvi da professora com a qual estive em contato por dois anos a expressão “não estou preparada”, que sempre me fazia pensar que a mãe, por exemplo, também não está. De fato, ninguém está, porque esse tipo de diferente não é o esperado; ele é o que surpreende.

Para Foucault (2002), as instituições da nossa sociedade moderna (hospital psiquiátrico, prisão, escola) funcionam sob a vigilância de alguém que exerce um poder – médico, professor, diretor – e faz vigorar um saber sobre aqueles que são vigiados. Esse saber, confirma o autor, constitui-se segundo o que é ou não é considerado normal, e é essa

---

<sup>3</sup> Contato [niet@niet.com.br](mailto:niet@niet.com.br) com as professoras Fabiene Cortijo Salun e Maria Cecília Ballaben Stegun.

<sup>4</sup> Falo da novela *Páginas da vida*, de Manoel Carlos, transmitida até recentemente pela Rede Globo de Televisão, em que a atriz principal adota uma criança com síndrome de Down e encontra dificuldades em matriculá-la em uma escola infantil não especial.

normalidade que vigora nos discursos das políticas de inclusão, as mesmas que narram o não normal, tomando-o, segundo Foucault (1999), numa rede de poderes e saberes. De fato, é a noção de normalidade que atravessa os discursos das políticas de inclusão e das pedagogias especiais. Enfim, a diferença passa a ser olhada pela normalidade – minimizando as diferenças e maximizando as semelhanças.

Em *A Política e a epistemologia da normalização do corpo*, Tomás Tadeu da Silva (1997) comenta que, a noção de normalidade é relativamente recente<sup>5</sup>. Localizada nos séculos XVIII e XIX, na era da industrialização e do surgimento do capitalismo, a normalidade vem ligada às noções de nacionalidade, raça, gênero, orientação sexual, em que a norma é o que cai na “média”, o que permite chegar ao “homem médio”, uma espécie de ideal. Nesse contexto, a norma se estabelece via controle, regulação da população: saudável, normal. Contudo, essa confiança na racionalidade não elimina nossas inquietudes e incertezas, porque ela fracassa, como diz Mireille Cifali (1996, p. 149-150), em “governar nossas almas e as relações intersubjetivas [...], porque o humano, no seu devir, estará sempre entregue à contingência, ao acaso, aos encontros”.

Recentemente, relendo o trabalho de pesquisa<sup>6</sup> de Maria Helena Cardoso (2003), realizado na Fundação Oswaldo Cruz (departamento de genética), reparei no subcapítulo denominado “Anjos”. Chamou-me a atenção, porque fez eco a coisas que escutei nos últimos 20 anos sobre a Síndrome de Down: essas crianças são meigas, carinhosas, verdadeiros anjos. Mas, um anjo não é um ser normal, lembra a autora; ele está acima, transcende a humanidade. O acidente genético – que leva quase sempre à indagação “por que comigo?” – é transferido, via plano angelical, para o especial, qualificação estendida naturalmente para os pais – são pais especiais, privilegiados...

Em muitos casos, observa a autora, a metáfora do anjo não é invocada, e prevalece a noção de doença; trata-se de um corpo doente, e são necessários especialistas para cuidar deles, para verificar como esse corpo funciona, por fora e por dentro.

---

<sup>5</sup> O autor baseia-se em Lennard Davis, *Constructing Normalcy. The Bell Curve, the Novel, and the Invention of the Disabled Body in the Nineteenth Century*. In: Davis (org.) **The Disability Studies Reader**. Nova York: Routledge, 1997.

<sup>6</sup> Trata-se de uma pesquisa etnográfica – observação de encontros de médicos com pais de crianças e adolescentes com síndrome de Down.

Para a lógica da tecnociência, a doença só se materializa quando a interioridade é exteriorizada via as mais variadas técnicas de perscrutação. No caso da síndrome de Down, os sinais evidentes da superfície mais visível só seriam comprovados por aqueles visualizados na superfície da lâmina, produzidos pela mediação da cultura celular, do microscópio ótico, da fotomicrografia, do recorte dos cromossomos e da montagem do cariótipo. A ilusão é pensar que esta viagem para o espaço interior, no tocante à síndrome de Down, seja condição sine-qua-non do diagnóstico. (CARDOSO, 2003, p. 103).

Embarcando nessa fantasia, festejam-se a medicalização e o avanço tecnológico em alta velocidade, incapazes de levar em conta os diferentes compassos do viver. Para a população que demanda os serviços do Ambulatório, diz a autora, a visão orgânica da doença predomina, e o médico é aquele que pode revelar o oculto. O cromossomo extra, no par 21, uma vez trazido para o campo discursivo, metaforiza-se no “acidente genético”.

A pesquisa de Cardoso revela, na análise das entrevistas, que existem pais que se sentem compelidos a tentar dar conta das conquistas dos filhos, alimentando mais e mais expectativas de imprimir sucesso à lentidão específica, que se evita a todo custo nomear *retardo*, mesmo tomando essa palavra no sentido exclusivo de *atraso*. Há também aqueles para quem a condição genética é determinante e, nesses casos, o contraponto é o desânimo, mesclado ao “conforto” da explicação científica dessa cadência diferente que marca o desenvolvimento psicomotor e social dos filhos. Nos relatos sobre as conquistas, aparecem nas falas dos pais termos como “levado”, “bagunceiro”, “impossível”, “genioso”, verbalizados como sinais de normalidade; sinais de que são até mal-educados, como as outras crianças, que não são “anjos”; e essa homogeneidade permite, de certo modo, apagar a diferença entre os “diferentes”.

Entre os problemas apontados pela autora destaco alguns, com os quais convivi: a grande preocupação com o que nomeiam “grau” do retardo mental (ser mais ou menos *down*); a noção generalizada de que o cariótipo (exame genético) responderia ao “*problema da cabeça*”; o namoro incentivado desde cedo (como forma de mostrar que são também sexualmente normais), enfim, a construção social de uma pessoa com síndrome de Down que é diferente de outras pessoas com síndrome de Down, como os normais são diferentes entre si.

### **A ESTRATÉGIA DE PODER PRESENTE NA CAMPANHA PUBLICITÁRIA...**

A estratégia de poder presente na campanha publicitária mostra os grupos que o telespectador já identifica (no vídeo: um negro com cabelo *black-power*, um deficiente visual, um *skin-head*, um corpo masculino tatuado, um corpo feminino halterofílico, uma família hippie, a adolescente *Down*). No caso, grupos que o telespectador (o mais velho, pelo menos) já identificou, porque as formas de expor o corpo: roupas, tatuagens, *piercings*, etc. hoje já são vistas com alguma naturalidade, desde que entendidas também como questão de moda; e moda já fora de moda (naturalizada), longe da revolução provocada pelo cabelo, por exemplo, que fazia coro ao *black is beautiful* nos anos 60, nos EUA, e repetida no Brasil em canções como as de Marcos e Paulo Sérgio Valle: “eu quero esse homem de cor / um Deus Negro do Congo ou daqui...” (em 1971, uma jornalista propôs como antídoto o slogan “white is beautiful”<sup>7</sup>). Entre os diferentes que aparecem no vídeo, a única diferença não marcada pela escolha (o negro chama mais atenção pelo cabelo) é a do deficiente visual, e nenhum dos diferentes tem a sua capacidade cognitiva interrogada.

Por que o slogan incomodou? Em primeiro lugar, porque escuto-o ligado à questão da inclusão. De modo algum proponho rejeitar as políticas inclusivas, mas é preciso antes de tudo atenção às armadilhas ocultas pelas nossas já velhas conhecidas – as narrativas rotuladoras: discurso dos excluídos, da escola inclusiva, etc., deixando de lado as narrativas locais e seu poder político de resistência e mudança. Nesse contexto, incluídos e excluídos fazem parte de uma mesma rede de poder, são lados da mesma moeda, participam de um mesmo sistema de representação.

Na sociedade em que vivemos, e em que essa dicotomia (o par inclusão/exclusão) tem como termo hierarquicamente superior e privilegiado a exclusão, a simples virada dos termos – inclusão/exclusão – não basta como solução do problema. O que define a posição dos termos é nosso modo político-social de hospedar e/ou hostilizar o diferente, e somente essa escolha pode reverberar em outras, lembrando que não são nunca mudanças definitivas, mas sempre provisórias, sempre se fazendo. Nas palavras do filósofo Jacques

---

<sup>7</sup> Ver arquivos do jornal Folha de São Paulo ou site da autora (Cf. referências).

---

Derrida (1997, p. 42), “a hospitalidade é a própria cultura [...] o modo de estar aí e de se relacionar consigo e com os outros, com os outros como os seus ou como estrangeiros”.

Por um lado, essa palavra, *inclusão*, vem do latim *claudere*; e traz dessa língua morta o que ainda vive nas mudanças pelas quais passou: traz a clausura, o enclausurar, o fechar, o encerrar numa classe; por outro lado, sabemos que esse sentido pode mudar de direção e permitir outras leituras, que levam o incluir ao encontro do abranger, do incorporar, o que nos traz o movimento de certa hospitalidade.

### QUANDO INCLUIR SIGNIFICA SÓ ‘CUMPRIR POR FORÇA DA LEI’...

Quando incluir significa só ‘cumprir por força da lei’, a inclusão funciona de fato como uma forma de tolerância e não como uma forma de hospitalidade no sentido derridiano (VERAS, 2002). O comercial da diferença normal joga com a visibilidade e a invisibilidade. O visível que antes incomodava (os exemplos escolhidos para compor o grupo dos diferentes) desapareceria no grupo dos normais, como parte de um padrão aparentemente igualitário segundo o qual o diferente é normal. Contudo, se educar é conduzir, prover, nutrir, cultivar, nada disso é possível com base no que hoje virou slogan: não sejamos intolerantes.

No texto denominado “O estranho”, Freud<sup>8</sup> (1919) afirma que todo conhecimento é contato com o desconhecido, juntamente com o esforço para assimilá-lo. Nesse contato, o desconhecido, absolutamente necessário ao conhecimento, resiste a ser tornado familiar e, de certo modo, sempre resta nele algo de estrangeiro; o familiar, por sua vez, torna-se menos evidente a partir desse contato; menos familiar e, quem sabe, um pouco estranho.

Foi pensando nesse tipo de encontro, sempre meio defasado, que pensei em tecer algumas considerações sobre estar à altura do outro e, nesse contexto, entender o que significaria a tolerância ou a intolerância (VERAS, 2005)<sup>9</sup>. A primeira acepção de tolerância é religiosa – ato ou efeito de tolerar; indulgência, condescendência / tendência a admitir, nos outros, maneiras de pensar, de agir e de sentir diferentes. A tolerância é

---

<sup>8</sup> Todas as referências a Sigmund Freud são da Edição *Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*.

<sup>9</sup> Trago para este trabalho algumas reflexões sobre a questão da intolerância apresentadas em uma mesa redonda na PUC-SP em 01 nov. 2005.



considerada uma virtude. Contudo, parece-me que resta sempre nessa acepção algo do *suportar* – de fato, não se dá ao outro um direito, permite-se que ele seja diferente sob condições: bem que eu poderia impedi-lo, excluí-lo, mas, sou tolerante... A palavra liga-se a aturar – aturar a diferença, e também a tolher, do mesmo radical. Tolerar é ainda o forte permitindo ao fraco que seja; mas que seja sob condições, sob vigilância parcimoniosa. A relação de tolerância implica a asserção do poder e, ao mesmo tempo, o limite, a condição de possibilidade da tolerância. Não é o mesmo que aceitar, acolher o outro, escutá-lo, como propõe Freud (1919).

Quando falamos em limite de tolerância, é o modelo biológico que serve de metáfora – outra perspectiva além da religiosa – que quantidade de filmes, músicas, palavras de outra cultura podem entrar sem contaminar a nossa cultura? Qual o grau de imunotolerância? Isso porque esquecemos na memória da língua que toda cultura é colonial – por definição, por etimologia – *coleo* = eu cultivo (do lat. *colónus*, 'cultivador, habitante de uma colônia, 'cultivar, viver em certo lugar'). Ultimamente, ouvindo repetidamente o lema *Ser diferente é normal*, penso que aí existe um chamado à tolerância – tomando como modelo o normal homogêneo e indiferenciado, que tolera a diferença.

Talvez fosse melhor sugerir, em lugar da tolerância, a hospitalidade, como propõe o filósofo franco-argelino – mas uma hospitalidade incondicional, aberta ao outro que não é esperado nem foi convidado, não como uma solução, mas como a abertura de uma possibilidade de permitir uma idéia do outro como diferença, como sua diferença – o que é praticamente impossível, ele afirma, mas deve permanecer no horizonte. Oferecer hospitalidade mesmo sabendo que ela tem que ser negociada a cada instante (DERRIDA, 1997)

É a diversidade que deve ser salva, não aquilo que cada época nela imprimiu como significados; assim, o *inesperado pode trazer uma surpresa* que não precise ser tolerada; que não cause repugnância; que dê lugar a formas sociais de expressão que tragam o inusitado. E é preciso *estar atento e forte* (como diz o bardo baiano), pondo sempre em exercício uma capacidade nossa – de seres humanos – muitas vezes esquecida: falo da capacidade de se OUTRAR, palavra de Bernardo Soares, o Pessoa do Livro do Desassossego.

Em 1914, em *O narcisismo*, Freud fala que precisamos rever nossa necessidade de desejar o outro conforme nossa imagem e respeitá-lo como “diferente de mim”. Nesse sentido, estar incluída não transforma essa pessoa em normal, mantém sua diferença, uma vez que suas limitações vão continuar sendo respeitadas e atendidas. Como propõe Hall (1997), apud Marina Rodrigues Almeida<sup>10</sup>, é preciso compreender as necessidades especiais no paradigma da inclusão, mantendo aberta a possibilidade de pensar e ressignificar essa identidade no convívio da diversidade – e nisso estão em jogo, como afirma a autora, o desejo de todos: educadores, pais e alunos – que queiram ou não fazer essa mudança.

### **MINHA PROPOSTA É REFLETIR SOBRE O ESTATUTO PARADOXAL DO EXEMPLO...**

Minha proposta é refletir sobre o estatuto paradoxal do exemplo tal como é trabalhado no vídeo da campanha promovida pela META SOCIAL. Se, por definição, o que um exemplo mostra é, de fato, seu pertencimento a uma classe; pode-se concluir que é exatamente por ser exemplar que ele se encontra fora dela no exato momento em que a exhibe e define.

Na pequena amostra de textos sobre inclusão trazidos aqui, verifiquei a repetição da palavra paradigma, cada vez que se falava em normalidade: o paradigma da normalidade. De acordo com Kuhn (1989), o “paradigma” designa o que os membros de uma comunidade científica têm em comum: o conjunto das técnicas, patentes, valores partilhados pelos membros da comunidade. Atuando como modelo comum, o paradigma adquire a capacidade de tacitamente modelar o comportamento e a prática dos cientistas.

Uma vez definida a classe dos normais e as regras que podem ser aplicadas àqueles que pertencem ao conjunto, o que acontece quando aplico essa regra aos diferentes? Ora, as regras que definem o normal só se aplicam ao diferente já considerado normal, e não como exemplo de diferente – como exemplo, ele está excluído do normal; não porque não pertence ao conjunto, mas justamente porque se apresenta exibindo esse pertencimento. Ele é o caso reverso da exceção. A tentativa é fugir da inclusão que, definida por oposição

---

<sup>10</sup> Disponível em <<http://www.educacaoonline.pro.br/art>> Acesso em: 25 jul. 2006.

à exclusão, leva de imediato a concluir que o diferente é incluído por ser uma exceção; em contrapartida, o exemplo funciona como uma inclusão exclusiva.

Toda prática de normalização e de controle social busca disfarçar as diferenças como um jogo de esconde-esconde de palavras sob palavras, fazendo com que as diferenças culturais venham à tona como pluralidades e diversidades, enquanto deixam no fundo do *riocorrente* da linguagem as velhas narrativas aparentemente descartadas. Contudo, uma vez obliteradas, essas diferenças mascaradas acabam por legitimar o jogo de palavras em que ainda e sempre ressoa a referência ao ideal, à norma.

Como processo de normalização, a política de inclusão é ainda, nas palavras de Foucault (1999), uma forma de dominar e controlar a população. Assim, talvez não se trate mais de discutir a dicotomia, mas o que a sustenta cada vez que se tenta lidar com essa dobradiça. Os dizeres “todos são diferentes” e “ser diferente é normal” acabam, na lógica implacável do exemplificar, por serem excludentes e não refutadores da exclusão. Talvez se trate de buscar não o que “me convém”, mas de aprender a convir, acentuando o com da convivência, admitindo que nossa subjetividade é sempre intersubjetividade, que nosso desejo é desejo do outro. A diferença está em cada um e não do lado de fora. O estranho, como mostra Freud (1919), o diferente, está em nós mesmos.

### **COM RELAÇÃO À DIFERENÇA DA SÍNDROME DE DOWN**

Com relação à diferença da síndrome de Down, vale lembrar, em primeiro lugar, que a criança é efeito do que dizem dela; seu corpo é feito de linguagem. Além disso, há um imenso desconhecimento com relação ao que já se chamou de deficiência mental, de restrições cognitivas, e que se poderia dizer melhor talvez com “cognição interrogada”, que ao menos nos coloca na posição de quem não sabe. O efeito imaginário da diferença visual da criança Down vai além da síndrome, e perturba a aposta que os pais e a sociedade naturalmente fazem nos filhos. Nesse caso, dizemos que o problema é da criança, quando ele é de fato nosso, depende da palavra e do olhar que dirigimos a ela. A partir do instante em que categorizamos, classificamos essa criança, reduz-se o espaço para uma aposta no que dela poderá vir.

Sempre me emociono com as abordagens mais sensíveis à questão da síndrome de Down. Certamente pode-se garantir que a exclusão faz mal, uma vez que conduz suas vítimas a lugares fixos à margem da sociedade. Quanto à inclusão, ainda há muito que fazer, mesmo quando nos apegamos às boas intenções. Não acompanhei capítulo a capítulo a novela *Páginas da vida*, mas um dia tive a oportunidade de assistir a uma cena que me fez refletir sobre os modos de incluir. Clara, a garotinha Down, aparece em uma sessão com a fonoaudióloga, que traz uma proposta de trabalho e espera que a menina siga suas instruções. Clara se deita sobre uma folha de papel no chão, para que a terapeuta faça o contorno de seu corpo. Em seguida, pede à menina que se levante, e que desenhe dentro desse contorno os olhos, o nariz, a boca... Clara se recusa, diz que não e se joga no chão. Talvez a terapeuta, em seu consultório, tivesse se jogado no chão com a menina e levado adiante essa resistência como uma proposta de brincadeira; mas não, ela ficou insistindo no que preparou (afinal, como fonatriz, ela segue um roteiro). De fato, nos poucos capítulos a que assisti, ninguém se dirige a Clara, escuta o que ela diz; ninguém foge do *script* para ir ao encontro dessa menina, feita atriz, que, à sua maneira, não se encaixa no *script*. Será que a dificuldade estaria mesmo no que ouvi: Clara não se adapta às *páginas da vida*?

Talvez isso seja apenas uma pequena amostra de que, de fato, nós adultos nos perdemos nas respostas oferecidas às questões da vida por esses diferentes, e simplesmente não sabemos como continuar. Talvez, depois de tantas pesquisas e conversas com profissionais, eu tenha chegado à conclusão de que o mais importante seja tomar o outro como outro; endereçar-me a ele (como as mães se endereçam a seus bebês, mesmo sabendo que eles não entendem ainda a língua sistematizada com que lhes fala), fazer dele um interlocutor de fato, acolhê-lo e, se possível, amá-lo.

## REFERÊNCIAS

Black is beautiful. Marcos e Paulo Sérgio Valle. Grav. Elis Regina, **Ela**, faixa 2, Phillips 1999. 1 CD.

CARDOSO, M. H. C. A. Uma produção de significados sobre a síndrome de Down. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19 n.1, p. 101-109, jan./Feb. 2003.

CIFALI, M. Educar, uma profissão impossível – dilemas atuais. **Estilos da clínica**, v. 1, n. 1, p. 139-150, 1996.

DERRIDA, J.; DUFOURMANTELLE, A. **Cosmopolites de tous les pays, encore un effort!** Paris: Galilée, 1997, p. 42. [publicado no Brasil com o título: **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade**. Trad. Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003]

FABRIS, E. H.; LOPES, M. C. **Quando o “estar junto” transforma-se numa estratégia perversa de exclusão**. SEMINÁRIO INTERNACIONAL: EDUCAÇÃO, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2, abr. 2003 [Anais...]. Disponível em: <http://www.rizoma.ufsc.br/html/911-of3-st3.htm>. Acesso em: 22 jul. 2006.

FIGUEIREDO, L. Os horríveis brancos da rua do Ouvidor. **Folha de São Paulo**, 5 de julho de 1971. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/lenita8.htm>. Acesso em: 15 jun. 2007.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.

FREUD, S. O Estranho (1919). Edição Eletrônica Brasileira das **Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago. 1 CD-ROM

\_\_\_\_\_. O narcisismo Edição Eletrônica Brasileira das **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago. 1914. 1 CD-ROM

INSTITUTO META SOCIAL. Disponível em: <http://www.metasocial.org.br/>. Acesso em: 5 mai. 2006.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1989.

PAULON, S. M.; FREITAS, L. B. L.; PINHO, G. S. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Ministério da Educação – SEESP – Secretaria de Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/>. Acesso em: 15 jul. 2006.

SILVA, T. T. A política e a epistemologia da normalização do corpo. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 3-15, ago./dez. 1997.

VERAS, V. Acolhendo gestos: por uma sociedade hospitaleira. SEMINÁRIO DE INTÉRPRETES EM LÍNGUAS DE SINAIS, 1, 2002, Campinas. [**Anais...**] Campinas, 9 de novembro de 2002. (no prelo).

\_\_\_\_\_. O eu e o outro na tradução: perspectivas da (in)tolerância. JORNADA REFLEXÕES SOBRE TRADUÇÃO, LINGUAGEM E CULTURA: A QUESTÃO DA INTOLERÂNCIA, 2005, São Paulo [**Anais...**] São Paulo, 2005 (Trabalho inédito; evento realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

VOLTOLINI, R. Psicanálise e inclusão escolar: direito ou sintoma? **Estilos da clínica**, v. 9, n. 16, p. 92-101. 2004.

**VIVIANE VERAS**

Doutora em Lingüística pela UNICAMP. Pesquisadora do grupo SEMASOMa (corpolingüagem), UNICAMP, coordenado por Nina Leite.

Professora da UNICAMP, do Centro Universitário Ibero-Americano – Unibero/Anhanguera e das Faculdades Metropolitanas de Campinas – Metrocamp.

E-mail: [viveras@uol.com.br](mailto:viveras@uol.com.br)

Aceito em: 21/06/2007  
Publicado em: 23/07/2007